

Gastos do governo com estatais deficitárias subiram 125% desde 2009

Contas. Em nove anos, Tesouro teve de aportar R\$ 67,9 bilhões nas empresas que não geram receita suficiente para suas próprias despesas; aumento de gastos se deve principalmente à elevação do número de funcionários, que têm salário médio de R\$ 13,9 mil

Anne Warth / BRASÍLIA

Os aportes do Tesouro Nacional às estatais “dependentes” – que não geram receita suficiente para pagar suas próprias despesas – aumentaram 125% entre 2009 e 2017, crescimento bem acima da inflação do período, de 69,9%. No total, os gastos com as empresas enquadradas nesse critério foram de R\$ 67,9 bilhões. Dentre essas 18 estatais há algumas que cumprem papéis importantes, como a Embrapa, de pesquisa agropecuária.

Mas há outras que praticamente não têm mais função, como a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que deveria cuidar do projeto do trem-bala ligando São Paulo ao Rio. O aumento dos gastos com essas empresas tem relação direta com o crescimento do número de funcionários – segundo dados do Ministério do Planejamento, eram 37,9 mil em 2009 e chegam hoje a

quase 73,5 mil, com salário médio mensal de R\$ 13,4 mil.

Técnicos do Ministério do Planejamento destacam que essas estatais têm um enorme problema fiscal e representam um desafio para o próximo governo. Como precisam de dinheiro do Tesouro Nacional, essas empresas explicam parte de problemas como o crescimento do déficit primário e o avanço da dívida bruta do País.

Qualquer aporte extra pode ameaçar o cumprimento do teto de gastos (a regra que limita o crescimento dos gastos à variação da inflação) e da regra de ouro (que impede o governo de contrair empréstimos para pagamento de despesas correntes, como salários). Por isso, o governo trabalha para encontrar soluções para essas empresas.

As medidas passam por reestruturação, parcerias privadas ou privatização e, em alguns casos, até mesmo o fechamento. Para os técnicos do Ministério do Planejamento, a sociedade terá de fazer escolhas, pois a restrição orçamentária e fiscal é um fato. Juntas, as estatais dependentes possuem patrimônio líquido de R\$ 8,244 bilhões e registram provisões

(para perdas possíveis e prováveis) de R\$ 7,3 bilhões com ações cíveis, trabalhistas, administrativas, fiscais e tributárias.

Saídas.

O nível de dependência de cada estatal varia muito, e é menor para aquelas que têm receitas próprias. Para duas delas, o governo avalia ser possível dar fim à situação de dependência por meio de uma reestruturação. É o caso da INB, que detém monopólio da produção e comercialização de materiais nucleares, e da Imbel, que fabrica armas, munições e explosivos.

Para as empresas que atuam na área de transporte público, o governo estuda formas de prestar os serviços em parceria com a iniciativa privada. A ideia é que as empresas deixem de ser deficitárias e tenham condições de, ao menos, gerar receitas para pagar suas despesas.

Nesse cenário, estão companhias como a Trensurb, responsável pelo metrô de Porto Alegre, e a CBTU, que opera trens urbanos em Belo Horizonte, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. Nos dois casos, as tarifas são insuficientes para pagar os gastos de custeio das empresas.

CONJUNTURA »

Governo libera R\$ 4,1 bi

Órgãos contemplados serão definidos na próxima semana. Ministério da Fazenda e o do Planejamento refazem estimativas e preveem que deficit fiscal de 2018 ficará abaixo dos limites definidos na LDO

» ROSANA HESSEL



Mansueto: deficit pode melhorar, mas dívida ainda é muito alta

A duas semanas do primeiro turno das eleições, o governo anunciou a liberação de R\$ 4,12 bilhões do Orçamento deste ano. Na próxima semana, o ministro do Planejamento, o da Fazenda e o da Casa Civil, que integram a Junta Orçamentária, devem definir os órgãos que serão contemplados. No entanto, o valor não será suficiente para cobrir a demanda, atualmente em torno de R\$ 6,7 bilhões, pelas estimativas do secretário de Orçamento Federal, George Soares.

“É normal os ministérios pedirem mais recursos para antecipar investimentos e despesas. Mas o

governo vai fazer a triagem, e a decisão seguirá critérios, como olhar para os contratos mais urgentes”, explicou Soares, ao lado do secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, durante apresentação do quarto Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas de 2018. O desbloqueio será detalhado em um novo decreto de programação orçamentária que será publicado até o próximo dia 30.

Uma parte do valor, entretanto, já está reservada para a antecipação do aporte do Brasil ao banco dos Brics (composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) previsto para 2019, de R\$ 1 bilhão. O restante será distribuído entre o Fundo de Garantia de Exportações (FGE) — para cobrir calotes de países como Venezuela e Moçambique — e os ministérios.

No relatório, o governo manteve a previsão de crescimento de 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, mas reduziu em 0,8% a estimativa do PIB nominal, para R\$ 6,879 trilhões. Mansueto sinalizou que o governo deve revisar o PIB no próximo bimestre, alinhando-se às previsões de mercado.

O documento mostra que o valor que será liberado é menor do que a folga fiscal de R\$ 8,2 bilhões registrada no documento após aumento de receita e cortes de

despesas no quarto bimestre. Os secretários informaram que o montante desbloqueado respeita o teto de gastos. Logo, os R\$ 4,1 bilhões restantes devem ser usados no abatimento da meta fiscal, tanto que a nova projeção do rombo nas contas da União ficou em R\$ 154,9 bilhões — abaixo do deficit primário de R\$ 159 bilhões permitido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A meta fiscal do setor público consolidado, que inclui os governos regionais e as estatais, também ficará abaixo do rombo previsto na LDO, de R\$ 161,3 bilhões, e da nova projeção do relatório, de R\$ 145,1 bilhões. “Pelas nossas estimativas, há possibilidade de o governo terminar o ano com deficit de R\$ 125 bilhões. É uma boa notícia, mas não é motivo para ficar alegre. O Brasil tem uma dívida bruta muito alta para um país de renda média”, afirmou Mansueto.

O secretário do Tesouro explicou que essa melhora de R\$ 20 bilhões pode ocorrer devido à redução de R\$ 15 bilhões nas despesas, por conta do “empocamento” de gastos não concretizados por vários órgãos — e que não podem ser destinados para outras despesas. Além disso, ele estima melhora de R\$ 5 bilhões no superavit primário das estatais devido ao pagamento da dívida de Itaipu Binacional.

CONJUNTURA »

Arrecadação diminui o ritmo

» HAMILTON FERRARI

A arrecadação do governo federal desacelerou em agosto. O volume recolhido foi de R\$ 109,75 bilhões, o que representa um crescimento real — descontada a inflação — de 1,08% na comparação com agosto de 2017. O resultado veio pouco abaixo da expectativa de mercado. Em julho, a receita com tributos havia registrado avanço de 12,84%. De acordo com economistas, a perda de ritmo pode ser resultado da desaceleração da economia, mas a trajetória de alta não deve ser interrompida.

O pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ajudou a impulsionar a arrecadação. Em agosto, a alta foi de 10,53% frente ao mesmo período do ano anterior, somando R\$ 1,395 bilhão — consequência dos melhores resultados das empresas, segundo a Receita Federal. Apesar disso, o Fisco não vê esse ganho como uma

tendência para o resto do ano. “Isso não é recorrente, e temos que esperar os próximos meses para ver se continuará a mesma trajetória”, disse o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Claudemir Malaquias.

O Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), o Refis, também possibilitou ganhos para o governo federal, com arrecadação de R\$ 1,071 bilhão no mês passado. A medida foi implementada no segundo semestre de 2017 para permitir a renegociação de dívidas de empresas inadimplentes.

Sem os fatores não recorrentes, a arrecadação de agosto ficaria em R\$ 106,514 bilhões, o que representaria alta real de 0,63% — a pior do ano. Malaquias, porém, ressaltou que a trajetória de expansão deve continuar e informou que o governo aumentou para 3% a 3,45% a projeção de crescimento real da arrecadação de tributos federais no ano. No acumulado do ano, os ganhos somam R\$ 966,4 bilhões; em 12 meses, R\$ 1,4 trilhão.